



## “PEDEM O EVACUAMENTO DAS IRREGULARES”<sup>1</sup>: AS PROFISSIONAIS DO SEXO NA URBANIZAÇÃO DE ITABUNA-BA (1940- 1960).

Carolina Dos Anjos Nunes Oliveira<sup>2</sup>

Nas histórias de há bem pouco as mulheres – no plural para acentuar as multiplicidades entre elas – ainda apareciam como agentes sem corporeidade. Os corpos dos sujeitos históricos têm emergido na agenda das (os) historiadoras (es) paulatinamente<sup>3</sup>. Para estudiosos como Jeffrey Weeks “[...] os corpos não têm sentido intrínseco, a sexualidade é um constructo histórico”<sup>4</sup>. As trabalhadoras do sexo possuem, dentre tantas especificidades, o mister de usar os seus corpos para o sustento e barganha.

E por que falar de “trabalhadoras do sexo”<sup>5</sup> e não de “prostitutas” ou “profissionais do sexo”? Como diria Shakespeare, através da personagem Julieta, no célebre diálogo do balcão: “Nome, o que é um nome?”<sup>6</sup>. Para mim o ato de “nomear” é algo abstrato imbuído de valores, assim, pode ser o pontapé inicial para a (re) afirmação de “identidades” monolíticas e tentativas de segregação. Em virtude disto, as duas últimas categorias foram excluídas do presente artigo, aparecendo apenas quando documentos ou bibliografias citadas assim se reportarem às mulheres. O leitor poderá reclamar suas ausências, entretanto, entendo que os termos “prostituta” e

<sup>1</sup> Ver: *Voz de Itabuna*, 5 de fevereiro de 1954, p. 1, ano V, nº 236.

<sup>2</sup> Mestranda em Cultura e memória pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: carol\_anjinha84@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Raquel Soihet, por exemplo, explora as representações que se construíram em torno do corpo feminino nas festas populares do Rio de Janeiro, no final do século XIX e início do XX. Analisando os depoimentos de viajantes e discursos elaborados por médicos e juristas. SOIHET, Rachel. A sensualidade em festa: representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2003, p. 177-197. Para discussões sobre o corpo e teoria feminista ver: NICHOLSON, Linda. “Interpretando o Gênero”. *Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, v. 8, n. 2, 2000, pp. 14-15. Para um estudo aprofundado e interdisciplinar sobre o corpo ver a série de três volumes: *História do Corpo*. Petrópolis: Vozes, 2008.

<sup>4</sup> WEEKS, Jeffrey. O corpo e a Sexualidade. In: Louro, Guacira L. (org.). *O corpo educado – Pedagogias das sexualidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 38.

<sup>5</sup> Refiro-me a trabalhadoras e não a trabalhadores, porque o presente artigo enfoca apenas MULHERES que trabalharam com sexo.

<sup>6</sup> “Não será mão, nem pé, nem braço ou rosto, nem parte alguma que pertença ao corpo. Sê outro nome. [...] Assim Romeu, se não tivesse o nome de Romeu, conservara a tão preciosa perfeição que dele é sem esse título. Romeu, risca teu nome, e, em troca dele, que não é parte alguma de ti mesmo, fica comigo inteira[...].” SHAKESPEARE, William. Ato II, cena II de *Romeu e Julieta*. Ver também: Luigi Pirandello em *Um, nenhum e cem mil* onde faz interessantes discussões sobre os nomes e o nome próprio. É dele a frase “Um nome não é mais do que isso: um epitáfio” p. 217.



“prostituição” vem sendo construídos e reelaborados, ao longo dos anos e contextos históricos diversos, imbuídos de negatividade, intencional ou não.

As primeiras imagens que vêm à cabeça assim que esses termos são encontrados, podem evocar signos depreciativos. Esses signos são atribuídos, em grande medida, a essas trabalhadoras, por exemplo: que são mulheres “devassas”, “corruptoras de lares”, “desencaminhadoras da juventude”. E não nos esqueçamos da visão cristã de que as mulheres que vendem prazer são as “pecadoras por excelência”. Reações desencadeadas que remetem a representações “estereotipadas”, com todo o cuidado do uso desses conceitos. Como alertou a jornalista francesa Laure Adler, trabalhar com sexo não é um “estado”, mas, uma atividade; “as moças não são prostitutas na alma”<sup>7</sup>.

Por sua vez, falar de “profissionais do sexo” me pareceu por demais anacrônico. Explico-me. O Governo Federal somente no ano de 2003 definiu esta nomenclatura oficialmente na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), para mulheres, homens, travestis e transgêneros que participavam do comércio sexual. Evidenciando as práticas desses trabalhadores como especializada e constituindo assim uma categoria profissional reconhecida. A mudança de tratamento e terminologias contribuiu para a mobilização desses trabalhadores nas lutas por seus direitos. Porém, as mudanças são recentes e não generalizadas. Ressalto que esse é o caso específico do Brasil<sup>8</sup>. Talvez, trabalhadoras (es) do comércio sexual dos dias de hoje, como alguns de “ontem” não se entendam “profissionais”, categoria ou mesmo “classe” trabalhista.

Optei então, por uma nominação que possibilitasse a percepção do leitor deste artigo, que essas mulheres – em determinados momentos de suas vidas, por questões que não são o foco principal – trabalharam com sexo. Não num suposto “mundo da prostituição”, isolado de outro mundo. As mulheres que são protagonistas aqui relativamente destoaram de significados ideais de gênero, mas, não estiveram (a) parte. Este artigo trata, portanto, de uma história dos conflitos, disputas e tensões provocados pela visibilidade de práticas e trânsitos das trabalhadoras do sexo na cidade de Itabuna – sobretudo no centro – e não de uma história de como se desenrolou uma “segregação” espacial<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> ADLER, Laure. *Os bordéis franceses, 1830-1930*. Tradução Kátia Maria Orberg e Eliane Fitippaldi Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 11. Em seu livro a autora defende que a prostituição mudou de status no século XIX e, no caso da França, passou a ser alvo de medidas regulamentaristas.

<sup>8</sup> Em países como a França e a Argentina o trabalho com sexo foi reconhecido e regulamentado ainda no século XIX.

<sup>9</sup> Ainda que os esforços de parte dos segmentos hegemônicos convergissem para a concentração do comércio sexual em determinados espaços da cidade não foi o que se verificou em Itabuna.



Historiadoras como Luzia Margareth Rago questionam certa leitura que tende a naturalizar a prostituição, tornando-a categoria supra-histórica, imutável, espécie de fórmula pronta que poderia ser aplicada em quaisquer épocas e sociedades. Nesse sentido, a autora ressalta que o uso da expressão “a profissão mais antiga do mundo” também reporta a um continuum histórico, generalizando o termo “prostituição”. Sem embargo, se conforme essas leituras totalizantes as sociedades em geral conheceram o comércio sexual (a prostituição para Rago), o mesmo não merece problematizações nem questionamentos<sup>10</sup>.

Tudo isso para dizer que é uma preocupação latente não engessar a percepção dessas mulheres. Para tanto, não compartilho da idéia de uma “identidade” de grupo para as trabalhadoras do sexo. Elas são mulheres dessemelhantes, ímpares, singulares entre si. Contudo, a identificação entre umas e outras exigia certas condições, como um processo sempre incompleto da própria constituição das subjetividades. Elas trabalharam com sexo, um dos muitos papéis que performaram<sup>11</sup>, essa é uma atividade dentre outras que exerceram ao longo de suas trajetórias, por conseguinte as possibilidades de identificações são múltiplas.

Dito isto, podemos sutilmente adentrar a cidade de Itabuna, sul da Bahia, onde as trabalhadoras do sexo habitavam e transitavam na área central, aí também estavam no exercício de seus misteres entre os anos de 1940 e 1960. À presença dessas trabalhadoras no centro foram atribuídos diversos males, os quais seriam supostamente sanados, mediante seu afastamento dessa territorialidade. Em 30 de dezembro de 1941, o Juiz de Direito da Vara Crime da Comarca de Itabuna, José de Souza Dantas, finaliza o *Relatório de Provimento da Correição de 1941*<sup>12</sup>. O relatório foi encaminhado com atraso em 12 de janeiro de 1942, nele o Juiz Souza Dantas justificava a demora no encaminhamento, apontando o volume de 80 inquéritos policiais processados no ano de 1941.

Após a *mea culpa* feita na folha de número um do relatório, Souza Dantas, aí mesmo, prossegue com outra justificativa. O Juiz atribui o intenso movimento forense “as casas de diversões denominadas ‘Cabarets’”. Segundo ele, seria a existência das casas de mulheres a causa da alta criminalidade em Itabuna. Não contente, Souza Dantas vai mais longe. Os processos relativos a menores que também ocorreram em grande número, para o Juiz, eram de grandeza

<sup>10</sup> Ver: RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 22-23.

<sup>11</sup> Para Judith P. Butler a performance constitui sua realidade no próprio discurso que a descreve, seria então um movimento de identificação do ser no e para o mundo. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. 2. ed. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>12</sup> O Relatório de Provimento da Correição era obrigatório de acordo com o artigo 247 da Organização Judiciária do Estado.



proporcional a quantidade de “cabarets” na cidade e a “deficiência da respectiva fiscalização”<sup>13</sup> nesses locais. Apontada a causa mor dos distúrbios de segurança pública pelos quais passava a cidade, por que não refrescar a memória do Secretário de Interior e Justiça da Bahia?

Talvez ele não se lembrasse, mas, Souza Dantas afirma que no *Relatório de Provimento da Correição de 1940*, já alertava para a prejudicial influência das trabalhadoras do sexo, tanto para os menores como para sociedade como um todo. Para o Juiz era lamentável “a localização das mulheres de vida livre que habitam nas principais ruas da Cidade”. Possivelmente, ainda mais lamentável pela publicidade dada pelos periódicos locais ao comércio sexual, fato reconhecido por Souza Dantas no relatório<sup>14</sup>. As casas de mulheres do centro representavam, no discurso do Juiz, um elemento desencadeador de instabilidade e insegurança para a população do “grande município, rico e próspero”<sup>15</sup>.

A preocupação demonstrada por José de Souza Dantas em relação às casas de mulheres no centro, aponta para a centralidade emergente de um controle do comércio sexual no período enfocado. As trabalhadoras do sexo foram associadas ao crime e corrupção de menores, portanto, eram tidas como indesejáveis para a pretendida cidade ordeira. Ao conduzirem suas vidas de uma maneira peculiar, essas mulheres se destacavam no tecido social por suas práticas e sexualidades entendidas como “fora da norma”. Com isso, ofereciam a Itabuna, cidade do interior, uma imagem que destoava do “progresso” com que procurou estar afinada, ou ao menos com a idéia dele.

Entretanto, participar do dia a dia no centro, tendo a vizinhança de homens que possuíam a hegemonia política e/ou econômica nesta cidade, conviver entre casas de comércio e prédios públicos. Assistir o vultoso crescimento populacional de Itabuna e a falta de habitações disponíveis. Nenhum desses fatores impediu as atividades das trabalhadoras do sexo, muito embora, dificultassem sua permanência aí. Entre as décadas de 1940 e 1950, não apenas membros do judiciário ressaltavam a “periculosidade” das práticas das trabalhadoras do sexo no centro de Itabuna. A imprensa local esquadrihava o território urbano, incumbindo-se conjuntamente de denunciar em suas páginas os comportamentos que, em sua visão, desviavam do padrão pretendido para as mulheres dessa sociedade.

A ação da polícia era convocada freqüentemente pelos jornais, eram também divulgados, além das muitas cobranças, os supostos sucessos dos responsáveis pelo estabelecimento e manutenção da ordem na cidade. Em 14 de novembro de 1942, o jornal *A Época* anunciava aos seus

---

<sup>13</sup> APEBa. Relatório de Provimento da Correição 1941-Itabuna. Notação 3480-303.

<sup>14</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>15</sup> *Idem, Ibidem.*



leitores a incursão policial pela “zona alegre”. Afirmava que “[...] as mulheres ali residentes <<emperraram>> para não cumprir as determinações da polícia que, como se sabe, *não permitem que as mesmas apareçam nas janelas e portas a não ser depois de determinada hora da noite*”<sup>16</sup>. Os grifos do jornal esclareciam que a “batida” foi necessária, pois as trabalhadoras do sexo descumpriam os regulamentos da polícia.

Conforme a mesma matéria, ainda pior que se mostrar nas janelas e portas era o recurso usado por essas trabalhadoras, de as vezes caminhar pelas ruas de suas residências, já arrumadas e vestidas para a noite. Essa atitude, segundo o jornal, significava ultrapassar os limites, afinal, as famílias da vizinhança não podiam conviver com as transgressões de tais mulheres! Porém, inconformadas mediante a coerção da polícia, duas trabalhadoras do sexo não acataram de forma pacífica as ordens estabelecidas. Reivindicaram o direito de poder aparecer nas janelas e portas quando bem lhes aprouvesse, quem sabe destinadas a conquistar mais clientes. Os seus “protestos” levaram-nas a serem conduzidas à delegacia<sup>17</sup>.

O cotidiano das trabalhadoras do sexo no centro urbano de Itabuna foi marcado por suas práticas, e pela propalada “inconveniência” desses modos de levar a vida. Compreendo as tentativas de controle de presenças e ausências como o exercício de invenção de limites para os sujeitos. A imposição de margens para o viver gera a diferenciação do que é o “nós” e do que são “os outros”, nesse processo algumas condutas são valoradas e outras depreciadas. Todavia, deve-se levar em conta que as margens são limites tênues, pois os grupos sociais interagem relacionalmente. A necessidade de governo dos modos de viver e trânsitos das trabalhadoras do sexo acima exposta pode ter sido influenciada, por uma preocupação com uma possível instabilidade dos papéis de gênero.

Nesse caso, a punição recebida pelas duas mulheres que “emperraram” contra as ordens da polícia funciona como um mecanismo pedagógico: publicizar a infração das regras. A publicidade da punição que recebem as que não se enquadram nas normas hegemônicas, mesmo que não participantes do segmento social que as constitui e valoriza, tem o objetivo de produzir um constrangimento disciplinador<sup>18</sup>. Não apenas para apontar as trabalhadoras do sexo como mulheres transgressoras, mas também para mostrar com exemplos às mulheres dos segmentos abastados e

---

<sup>16</sup> *A Época*, 14 de novembro de 1942, p. 2, ano XXIV, nº 1232.

<sup>17</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>18</sup> MACHADO, Roberto. *Danação da Norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. p. 303 (Série Saber e Sociedade; v. n. 3).



médios de Itabuna os resultados dessas práticas. Tudo isto visando a manutenção das hierarquias de gênero, ou seja, que as mulheres continuassem a ocupar lugares para elas “destinados”.

A categoria de análise “gênero” pode permitir o entendimento, por exemplo, do caráter histórico da construção dos sentidos e significados relacionados às feminilidades e masculinidades, que desta maneira, não estão dados na constituição biológica dos seres. Essa concepção de entendimento do corpo, e do sexo que ele carrega, não é, portanto, um conceito que apenas descreve as relações entre homens e mulheres e os papéis sociais a elas (es) atribuídos. Para Joan Wallach Scott o reconhecimento do gênero é “um primeiro modo de dar significado às relações de poder ou ainda gênero é um campo primário no interior do qual ou por meio do qual o poder é articulado”<sup>19</sup>. Submetida aos discursos da ordem, do progresso e da moral atrelados às alterações espaciais advindas com o processo de urbanização, as municipalidades passam a demarcar com mais rigor o espaço das práticas sexuais em Itabuna.

De acordo com o historiador Philipe Murillo Santana de Carvalho, a partir das décadas de 1930 e 1940 já é possível divisar que a idéia de “progresso” relacionava-se ao desenvolvimento material e cultural da cidade<sup>20</sup>. Segundo ele os jornais interpretavam as intervenções urbanas em geral: planejamento e realinhamento de ruas, abertura de avenidas e embelezamento de praças e etc., como sinais de progresso. Paralelo a esse “progresso” vinha a noção de civilidade em que deviam se pautar seus moradores<sup>21</sup>. Ocorre que os valores de civilidade propalados pelas municipalidades e imprensa não correspondiam aos costumes das trabalhadoras do sexo.

Nesse contexto de reformas urbanas, não seriam necessárias apenas instalações sanitárias e reordenação das ruas centrais, “foi necessário projetar, como se vê na planta de remodelação, o recuo de cerca de 50 prédios nas ditas ruas Seabra e 7 de Setembro”<sup>22</sup>. Mas, urgia o saneamento moral do centro urbano de Itabuna que para os segmentos hegemônicos era “causa de vergonha [...] o prostíbulo no coração da cidade [...], doença dessa sociedade, cano de esgoto que infelizmente ainda não pode ser de todo eliminado”<sup>23</sup>. As trabalhadoras do sexo deviam abandonar esse espaço de Itabuna, agora representado como lócus do poder municipal e vitrine da civilização de parte de

---

<sup>19</sup> SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil para a análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul-dez, 1995, p. 86.

<sup>20</sup> CARVALHO, Philipe Murillo Santana. *Uma cidade em disputa: tensões e conflitos urbanos em Itabuna (1930-1948)*. 2009. (Dissertação de Mestrado em História Regional e Local) – UNEB, Santo Antonio de Jesus-BA. p. 15

<sup>21</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>22</sup> DARIN, M. e GONSALVES, A. *Remodelação e saneamento da cidade de Itabuna – Relatório*. Itabuna: 1927. Arquivo Público Municipal de Itabuna José Dantas (APMIJD), S/N. p. 2.

<sup>23</sup> Cf. *A Época*, Itabuna, 21 de agosto de 1943, p. 4, ano XXV, nº 1178.



seus habitantes, os abastados pelo capital gerado na lavoura cacaueteira. Nesta espacialidade resignificada só havia lugar para um tipo de sexualidade: a sexualidade consentida do matrimônio.

A análise dos modos como diferentes grupos e indivíduos vivenciam e representam a sexualidade permite refletir, especialmente, sobre a questão das apropriações diferenciadas de regras e prescrições sociais e, sobre as contradições e brechas intrínsecas a essas normas. Segundo o historiador Giovanni Levi “[...] nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação”. Para ele o historiador deve se recusar a entender os processos históricos sob a ótica esquemática de ações e reações. Ressaltando o oposto, que uma aparente desigualdade de poder, mesmo que veemente, com frequência deixa margens de atuação para os que estão em situação “desfavorecida”<sup>24</sup>.

A partir disto, o objetivo deste artigo é analisar as tensões sociais provocadas pela presença e práticas das trabalhadoras do sexo na cidade, no período de 1940 a 1960, quando se intensificaram a disputa por territórios e o processo de urbanização em Itabuna. Aquilo que Michel de Certeau chamou de percorrer “[...] os caminhos sinuosos que se percebem nas astúcias táticas das práticas ordinárias”<sup>25</sup>. Para tanto, é importante identificar e destrinchar os discursos sobre as trabalhadoras do sexo. O que está em consonância na maioria dos discursos<sup>26</sup> que envolvem as trabalhadoras do sexo, que se seguirão, é a tentativa de “estereotipização” dessas mulheres.

Como coloca Durval Muniz de Albuquerque Jr., a “estereotipização” se configura com afirmações repetitivas. São falas pretensamente superiores, com autoridade e autorização suficientes para afirmar: “o que é o outro em poucas palavras”. Segundo o autor, essas generalizações provocam imagens onde as diferenças internas ao grupo são suprimidas, construído discursivamente uma possível “homogeneidade”<sup>27</sup>. Contudo, não é bem uma intenção de “desmistificar” esses discursos o que move este artigo mas, a própria visibilidade que esses discursos deram às trabalhadoras do sexo.

---

<sup>24</sup> LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: *Usos e abusos da história oral*. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. 8. ed., Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 180.

<sup>25</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 14.

<sup>26</sup> A noção de discurso a qual me refiro é a proposta por Michel Foucault em suas obras: *Arqueologia do Saber* (1969) e *Vigiar e Punir*, onde os “discursos” seriam práticas que “sistematicamente” constroem os objetos de que falam.

<sup>27</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p. 30. A esse respeito ver também SAID, Edward W. *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. “[...] os terríveis conflitos reducionistas que agrupam as pessoas sob rubricas falsamente unificadoras [...], inventando identidades coletivas para indivíduos que na realidade são muito diferentes uns dos outros [...]” p. 25



A documentação hemerográfica nos diz muito além dos discursos que contém, a própria composição e distribuição física das matérias apresenta distinções de gênero, e segmentações propositais nos jornais. É preciso além disso, não perder de vista que há uma voz que interpreta os atos que descreve, como os das trabalhadoras do sexo por exemplo, e os condena. Todas as apreciações moralizantes dos discursos são de responsabilidade dessa voz. Mas, essa voz não fala sozinha, se dirige a interlocutores que possuem semelhante visão de mundo. Portanto, ao construírem representações dos gêneros, os referidos jornais produziram e reforçaram uma classificação de lugares a serem ocupados pelas mulheres dos diversos segmentos socioeconômicos de Itabuna.

Como coloca a comunicóloga Beatriz Marocco “[...] a regularidade insistente e a relevância com que esses indivíduos foram resgatados da desordem em que viviam e organizados nas páginas dos diários daquele tempo [...]”<sup>28</sup>. A imprensa ao descrever o cotidiano o constrói selecionando notícias e imagens que lhes confere um caráter verossímil. Não se trata de buscar qual é o discurso verdadeiro supostamente escondido sob uma capa falsa, mas, perceber nesses regimes de verdade as relações de forças que os produzem e fazem funcionar. Segundo Michel Foucault “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros [...]”. Apesar disto, o estudioso francês deixa claro que o que entende por verdade é todo um conjunto de regras que separa o falso do verdadeiro e impõe ao verdadeiro “efeitos específicos de poder”<sup>29</sup>.

Se a sociedade é “dividida” (utilizando apenas pedagogicamente o termo) em grupos sociais, com interesses que em muitos casos divergem entre si, então os discursos são espaços de poder<sup>30</sup> dentro dessas disputas. As trabalhadoras do sexo de Itabuna, apenas em excepcionais situações falaram de si mesmas. Em grande medida, suas vivências, sentimentos e histórias eram representados. Notadamente por homens, de situação econômica relativamente confortável. Esses foram elementos históricos de tentativa de dominação que os autorizaram, dentre outros fatores, a falar sobre elas e/ou pagar para “desfrutar” seus corpos por tempo determinado<sup>31</sup>.

---

<sup>28</sup> MAROCCO, Beatriz. *Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico Porto Alegre, século XIX*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

<sup>29</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 13.

<sup>30</sup> Poder, no sentido foucaultiano do termo, presente em todas as relações sociais, difusos, descentrados e negociados permanentemente entre grupos ou indivíduos.

<sup>31</sup> Ao analisar as condições de possibilidade e os mecanismos que inventaram o “orientalismo” Edward W. Said me ajudou a pensar nas formas de tratamento, assujeitamento e construção do “outro”. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 33.





### Bibliografia

- ADLER, Laure. *Os bordéis franceses, 1830-1930*. Tradução Kátia Maria Orberg e Eliane Fitippaldi Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.
- BUTLER, Judith P. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. 2. ed. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CARVALHO, Philipe Murillo Santana. *Uma cidade em disputa: tensões e conflitos urbanos em Itabuna (1930-1948)*. 2009. p. 175 (Dissertação de Mestrado em História Regional e Local) – UNEB, Santo Antonio de Jesus-BA.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 13. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: *Usos e abusos da história oral*. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. 8. ed., Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- MACHADO, Roberto. *Danação da Norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. (Série Saber e Sociedade; v. n. 3).
- MAROCCO, Beatriz. *Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico Porto Alegre, século XIX*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o Gênero. *Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, v. 8, n. 2, 2000, pp. 14-15.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil para a análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul-dez, 1995.
- SOIHET, Rachel. A sensualidade em festa: representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2003, p. 177-197.
- WEEKS, Jeffrey. “O corpo e a Sexualidade”. In: Louro, Guacira L. (org.). *O corpo educado – Pedagogias das sexualidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- PIRANDELLO, Luigi. *Um, nenhum e cem mil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.
- RAGO, Margareth Luzia. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

### Fontes

- Arquivo Público do Estado da Bahia – APEBa. Relatório de Provimento da Correção 1941-Itabuna. Notação 3480-303.
- A Época*, 14 de novembro de 1942, p. 2, ano XXIV, nº 1232.
- A Época*, Itabuna, 21 de agosto de 1943, p. 4, ano XXV, nº 1178.
- Voz de Itabuna*, 5 de fevereiro de 1954, p. 1, ano V, nº 236.
- DARIN, M. e GONSALVES, A. *Remodelação e saneamento da cidade de Itabuna – Relatório*. Itabuna: 1927. Arquivo Público Municipal de Itabuna José Dantas (APMIJD), S/N.